



Revista
Saúde
em Redes

v.7, n.2 (2021)
ISSN 2446-4813



RESENHA

DOI: 10.18310/2446-48132021v7n2.3437g657

Informações e registros em saúde: reflexões teóricas e aplicações ao Sistema Único de Saúde

Health information and records: theoretical reflections and applications to the Unified Health System

Carlos Podalirio Borges de Almeida

Doutor em Ciências Pneumológicas; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
E-mail: carlosalmeida1410@hotmail.com

Leandro Gracioso de Almeida e Silva

Doutor em História; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
E-mail: leandrogalmeida@unifesspa.edu.br.

Resumo

Informações e Registros em Saúde e seus Usos no SUS é a primeira edição (2020) de uma obra publicada pela Editora Fiocruz e faz parte da Coleção Fazer Saúde. O livro tem o potencial de tornar-se referência quanto aos registros e sistemas de informação em saúde pela qualidade e clareza do texto. Ademais, propõe-se a estimular uma reflexão sobre os conceitos e aplicações de informações e registros em saúde, e especialmente, no SUS.

Palavras-chave: Sistemas de informação; Saúde Pública; Registros; Sistema Único de Saúde.

Abstract

Health Information and Records and their Uses in SUS is the first edition (2020) of a work published by Editora Fiocruz and is part of the Fazer Saúde Collection. The book has the potential to become a reference in terms of records and information systems in health for the quality and clarity of the text. In addition, it proposes to stimulate a reflection on the concepts and applications of health information and records, and especially, in SUS.

Keywords: Information systems; Public health; Records; Unified health system.

A coleção '*Fazer Saúde*' visa subsidiar a qualificação teórica e profissional em saúde, especialmente, a dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde. Em "Informações e registros em saúde e seus usos no SUS", os pesquisadores da Escola Politécnica Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV) sendo eles, Bianca Borges da Silva Leandro, Flavio Astolpho Vieira Souto Rezende e José Mauro da Conceição Pinto organizaram os capítulos de oito autores, todos vinculados à EPSJV. Num livro a ser apreciado por um público diverso, desde profissionais, até estudantes e pesquisadores, os autores problematizaram conceitos e os exemplificaram, trazendo abordagens que facilitam a sua compreensão.

A Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS) fundamentada em 2003 e instituída pela portaria nº 589/15, de 22 de maio de 2015 se objetiva a “*promover o uso inovador, criativo e transformador da tecnologia da informação a fim de melhorar os processos de trabalho em saúde e, assim, resultar em um Sistema Nacional de Informação (SNIS) articulado*”.¹ Ademais, o SNIS proporciona informações aos profissionais de saúde, gestores e controle social, na construção do conhecimento. É, portanto, mais uma vitória na democratização ao acesso à informação em saúde.

No primeiro capítulo ‘Histórico das informações e registros em saúde’, revisita-se a historiografia da saúde desde a Pré-História até a contemporaneidade focando na constituição dos seus registros. Os dados permitem uma abrangente reflexão, pois são desde informações sobre pacientes até o uso dos templos enquanto espaços de cuidado. Apresentam-se personagens nesse campo, como Hipócrates, considerado o “pai da medicina”. Ele teve grande destaque no registro de informações médicas: “*Hipócrates é apontado como introdutor da prática dos registros médicos no Ocidente, porém, tal prática foi esquecida e só reaparece no século IX no mundo muçulmano*” (p.15). Posteriormente com a centralização do cristianismo caberia à Igreja o papel de registrar desde os óbitos até os nascimentos, fato recorrente até o século passado.

Apresenta-se ainda um debate sobre a criação do hospital, instituição mencionada e detalhada por Michel Foucault em ‘Microfísica do Poder’, especificamente em ‘O nascimento do hospital’, em que relata-se sobre a construção de informações e os registros nessas instituições. A autora também elenca marcos brasileiros na implementação do uso das informações e registros em saúde e a relevância das Tecnologias de Informação e Comunicação para o contexto sanitário nacional.

No segundo capítulo ‘Informações e registros em saúde: conceitos e usos’, as autoras apresentam o conceito de informações e registros em saúde que segundo elas: “*Informação pode ser entendida como a representação de algo. Já a ideia de registro vai além do ato de assinalar por escrito, inscrever, mas compreende também a materialização de uma visão*” (p. 41). De forma minudenciada apresentam as diversas possibilidades desses usos, trazendo exemplos fictícios do cotidiano nos serviços de saúde, como o caso de uma senhora que a cada diagnóstico ou consulta realizada tinha um registro novo, num sistema diferente, revelando os problemas da fragmentação dos sistemas de informação em saúde.

No terceiro capítulo ‘Os sistemas de informação em saúde no Sistema Único de Saúde’, os autores discorrem sobre a relevância dos sistemas de informação em saúde (SIS) para a área, especialmente, no caso do setor público. Resgatam marcos históricos para os SIS e para o SUS, destacam a criação e instituição, no final dos anos 90, da Rede Nacional de Informações de Saúde e da Rede Interagencial de Informações para Saúde (Ripsa). Dentre as vantagens da Ripsa, há o aplicativo Sala de Situação em Saúde, que possibilita aos atores envolvidos no processo de gestão lidarem com indicadores de saúde locais a partir dos SIS nacionais. Demonstam também, pormenorizadamente os sete SIS: Sistema de Informação de Mortalidade; Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos; Sistema de Informações de Notificações e Agravos; Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde; Sistema de Informação Hospitalar na rede SUS; Sistema de Informações sobre Atendimento Ambulatorial na rede SUS; Sistema de Informações de registro dos atendimentos e das ações realizadas na Atenção Básica.

No quarto capítulo ‘A gestão de documentos nos serviços de saúde’ há um debate sobre a administração de arquivos de instituições de saúde no Brasil. Para tal, os autores trazem um histórico da arquivologia, a democratização do acesso aos documentos e uma problematização dos desafios da gestão arquivística. Ressaltam que a documentação deve ser entendida amplamente,

não sendo somente papéis guardados. Assim, possuiria um caráter particular, uma vez que nem tudo que contém informações poderia ser salvaguardado para *posteriori*. Se o descarte faz parte, há instrumentos específicos para operacionalizá-lo. Leis como a 8.159/1991, conhecida como Lei dos Arquivos e resoluções do Conselho Federal de Medicina funcionam como marcos que definem as diretrizes. Com o avanço da tecnologia e para garantir uma democratização do acesso, os autores discutem as vantagens e os desafios da digitalização.

No quinto capítulo 'Ética, informações e serviços de saúde' a autora pauta como a Ética se relaciona com as informações e os serviços de saúde. Iniciando pela etimologia do termo Ética, ela delimita porque a ética e a moral eventualmente se confundem. A ética seria uma área do saber que analisa a moral do ser humano relacionando-a com a sociedade num contexto amplo. Sabendo que os valores se alteram ou permanecem, far-se-ia importante analisá-los dentro de uma metodologia científica. A moral, por sua vez, seria um conjunto de valores e costumes que estariam dentro de uma circunscrição sociotemporal. Trazendo também quadros com períodos históricos, pressupostos éticos e os principais pensadores de cada temporalidade, a autora incita a refletir sobre o impacto dessas produções teóricas nas informações e registros da saúde. Se desde os anos 1920 o Estado brasileiro se ocupava cada vez mais do acesso e gestão dos serviços de saúde, foi ao longo desse mesmo século, especialmente dos anos 1980, quando a ONU e também a Constituição brasileira ratificam a necessidade de se observar os direitos humanos. A informação em saúde se constituiu num direito a ser constantemente aperfeiçoado, pautado e democratizado sob preceitos éticos. A PNIIS reforçou a necessidade de compromissos, tais como sigilo, acesso gratuito, transparência e etc.. A partir de cinco casos que se tornam cenários para reflexão, percebe-se o quão complexa é a questão. Os casos apresentados foram de procedimentos não autorizados, fragilidade da segurança dos dados ao impacto da tentativa de venda de um hospital com toda a documentação armazenada sem um cuidado maior.

No final em 'Síntese geral e considerações finais' retoma-se como a gestão das informações e registros em saúde está intimamente conectada ao contexto social e demarcada no tempo. Os avanços da tecnologia e novas reflexões trariam outras possibilidades, mas desafios quanto à ética, segurança dos dados e democratização ao acesso.

De modo geral, acredita-se que a obra apresenta um olhar cuidadoso que possibilita reflexões necessárias e atuais para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde. Os capítulos se preocuparam em apresentar discussões de temas fundamentais para uma qualificação essencial. Visam, portanto, propor uma ampliação técnica dos profissionais envolvidos. Os sistemas de informação em saúde são, evidentemente, seminais para democratização do SUS. Por isso, debatê-los é uma questão atemporal.

Referência

¹ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS. **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

² Leandro BBS; Rezende FAVS, Pinto JMC. **Informações e Registros em Saúde e seus Usos no SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2020.

Sumetido: 27/01/2021

Aceite: 11/02/2021